

ANÁLISE DO ÍNDICE DE ATRATIVIDADE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO PROGRAMA DE CONCESSÕES DE PARQUES ESTADUAIS DE MINAS GERAIS

Cristiane Frões Soares dos Santos⁽¹⁾, Simone Magela Moreira⁽²⁾

⁽¹⁾Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental - Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - Campus Bambuí. ⁽²⁾Professor orientador - IFMG - Campus Bambuí

RESUMO

O artigo propõe classificar a visitação nas vinte Unidades de Conservação (UC) inseridas no Programa de Concessão de Parques Estaduais em Minas Gerais, a partir da análise de seus índices de atratividade. O polimorfismo do espaço pode ser um importante fator de desenvolvimento regional e a atratividade do território favorece a determinação das rotas para a ampliação do ecoturismo. As unidades de conservação estaduais foram enquadradas de acordo com as classes de recreação, a partir dos seus ambientes internos e externos, com vistas a oportunizar a concessão de visitação no Estado. O estudo se utilizou dos índices de atratividade para cada área, realizados pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) que permitiu avaliar os atributos biofísicos, sociais e gerencias tanto internos quanto externos, nas caracterizações turísticas locais. Os resultados demonstraram que as unidades mineiras, em sua maioria (65%) são do tipo extensiva. Há ainda uma grande diversidade entre as classificações, quando comparadas quanto aos ambientes internos e externos, exigindo um planejamento particularizado na gestão. Com isso, é proposta a implantação da administração das singularidades que traduz a antítese da massificação normativa, permitindo a ampliação do olhar, de modo extrair o máximo das habilidades que são únicas em cada unidade de conservação.

Palavras-chave: Gestão em turismo, Visitante, Unidades de conservação, Política pública.

1 INTRODUÇÃO

O turismo em unidades de conservação vem aumentando significativamente. Na última década, a visitação cresceu 20,4% em unidades federais. Por outro lado, há ainda uma reconhecida dificuldade em se gerenciar tais áreas, devido aos aspectos associados à visitação propriamente dita, às expectativas destes visitantes, além das limitações financeiras disponibilizadas (O'CONNOR et al., 2005). Por isso, atualmente, o maior desafio é garantir a sustentabilidade dos ambientes, nos quais o turismo não comprometa a integridade ecológica e os valores de conservação associados (SOUZA et al., 2017).

Apesar do crescimento do turismo nas unidades de conservação, ao compararmos com outros países, essa visitação ainda é bastante incipiente considerando-se o potencial dessas áreas protegidas. Mesmo que um destino tenha vários atrativos naturais, se não há infraestrutura de apoio, como hospedagens no entorno e facilidade de acesso, por exemplo, tais carências podem comprometer o desenvolvimento do turismo local (KHATRI, 2018).

Nesse sentido, visando aprimorar a visitação e promover o desenvolvimento do turismo sustentável em suas unidades de conservação, o Estado de Minas Gerais, lançou em 2019 o Programa de Concessões de Parques Estaduais – PARC, quando foram definidas 20 unidades com potenciais para a concessão. Assim, tais áreas poderão ter a prestação dos serviços de visitação, concedida à iniciativa privada (IEF, 2021a), cujo interesse varia segundo diferentes aspectos.

Considera-se o índice de atratividade como uma estratégia inicial para a gestão que permite definir o perfil de visitantes, coordenar melhor os recursos e investimentos, bem como, favorecer a conservação do sistema de unidades de conservação (SOUZA, 2016). Portanto, é fundamental analisar e caracterizar as unidades de conservação inseridas no PARC, a partir desse indicador, a fim de aprimorar o planejamento de gestão destas UCs, direcionando os estudos de viabilidade econômica financeira das concessões e orientando para uma melhor tomada de decisão frente às políticas públicas, de modo que sejam valorizadas as possíveis singularidades que fortalecem a diversidade esperada, em aspectos turísticos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória que se baseou no índice de atratividade proposto por Souza (2016), método aprimorado a partir do *Recreation Opportunity Spectrum* (ROS) ou Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de conservação (ROVUC)¹; que analisa o índice de atratividade das unidades de conservação estaduais de Minas Gerais do Programa de Concessões de Parques Estaduais.

Das 93 unidades de conservação estaduais administradas pelo IEF, apenas 20 entraram no programa de concessões, sendo estas as UC pesquisadas.

Os dados foram fornecidos pelo IEF em planilhas, nas quais o índice de cada unidade de conservação estadual permitiu decompor os resultados e caracterizar cada área.

¹ Ferramenta de classificação desenvolvida para monitorar a recreação existente e desejada em áreas protegidas, contribuindo para o planejamento de gestão, que favorece oportunidades de experiências de recreação direcionadas para aquele perfil identificado, como também benefícios para os visitantes. (ICMBIO, 2018)

Na definição do índice de atratividade turística das UCs mineiras, foram consideradas informações sobre os atributos físicos, sociais e gerenciais, além daqueles denominados internos (variedade natural e cultural, atratividade cênica, diversidade de atividades, número de encontros, infraestrutura, serviços) e externos (atrativos regionais, acesso público, contexto socioeconômico, estabelecimentos de hospitalidade, contexto socioeconômico e densidade populacional). A partir desse índice, as unidades de conservação foram classificadas como primitiva, semi-primitiva, extensiva, intensiva ou altamente intensiva.

É importante destacar que não é escopo desse artigo, oferecer críticas à classificação realizada pelo IEF, mas analisar, utilizando-se fielmente dos dados disponibilizados, de modo a contribuir para a indicação de estratégias de gestão mais efetivas e eficientes, segundo os padrões apresentados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma organização dos dados oferecidos permitiu demonstrar uma grande diversidade de classes, entre as unidades de conservação do estado de Minas Gerais (Gráfico 1).

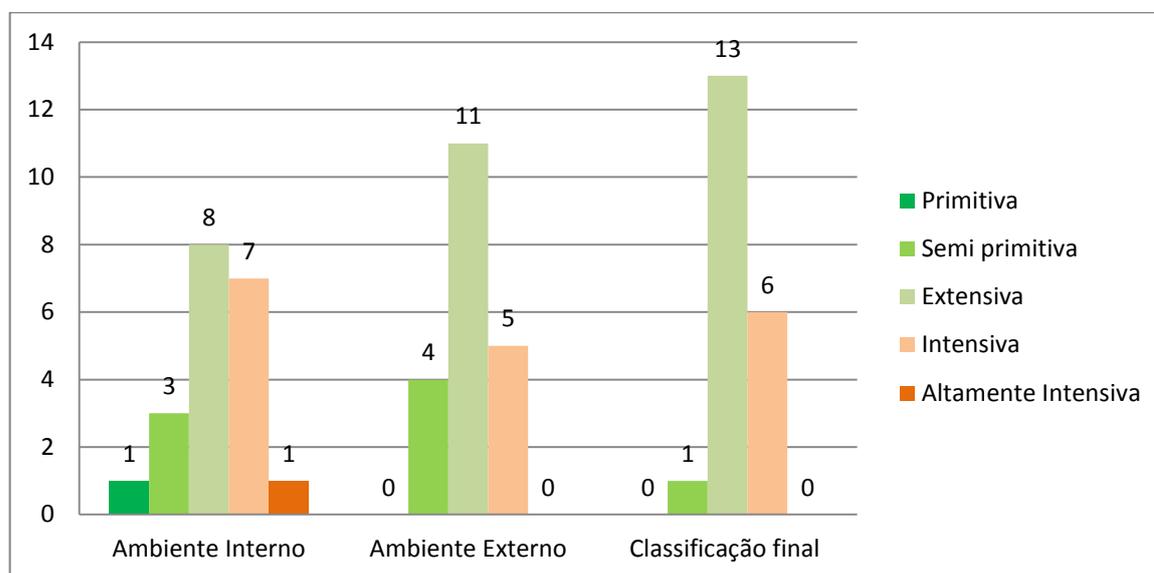


Gráfico 1 – Classificação UCs Minas Gerais.

Fonte: IEF (2021b)

Diante dos resultados percebe-se que as UCs possuem características, em sua maioria, como extensiva tanto nos atributos internos (45%) quanto externos (55%). São áreas onde ocorrem, durante a visitação, encontros com outras pessoas, sendo possível, vivenciar momentos de maior privacidade com uma infraestrutura básica para o público. É provável que sejam destinos mais regionais ou próximos a cidades de médio porte, com estrutura turística

que atenda basicamente ao visitante com bares/restaurantes, supermercados e hospedagens, por exemplo. Os acessos às áreas podem requerer deslocamento em estrada não pavimentada de uma ou duas horas. E nem sempre a UC é o atrativo principal do local, sendo possível a visita de apenas um dia (SOUZA,2016). Os Parques da Serra do Brigadeiro, Lapa Grande, Mata do Limoeiro e Nova Baden são bons exemplos de UCs com características da extensiva.

Há também um número representativo (35%) de UCs cujo ambiente interno é classificado como intensivo. Estes possuem paisagens de interesse nacional, com infraestrutura adequada para uma visitação mais ativa, possibilitando muitos encontros entre os visitantes, e oferecem uma maior variedade de atividades e serviços como hospedagens, restaurantes/lanchonetes, supermercados, postos de gasolina, etc. A gestão tem como missão também o turismo (SOUZA,2016). Como exemplo, temos os Parques do Rio Doce, Sumidouro e Rio Preto. Outras UCs classificadas como intensivas no ambiente externo (25%), como os Parques do Itacolomi, Serra do Rola-Moça, Pau Furado e Floresta Estadual do Uaimii são considerados destinos consolidados, ou próximos a uma capital com acesso fácil e rápido, com maior propensão para a vinda de turistas de todo o país.

Percebe-se que em Minas Gerais não há áreas classificadas como primitivas, onde seriam encontradas características como o total isolamento e de difícil acesso. Destaca-se o Parque Estadual Serra das Araras, analisado como semi-primitivo, sendo formado por uma área mais remota que, apesar de possuir atrativos relevantes, recebe apenas moradores locais e possui pouca estrutura para receber visitantes e com deslocamento difícil. Soma-se a isso, o seu entorno que também é pouco desenvolvido (SOUZA,2016).

No Estado não são encontradas UCs altamente intensivas, cujas características da atratividade estariam classificadas a um padrão internacional de visitação, com estrutura interna e externa completa e variada, e acesso facilitado. Cenário este considerado negativo, já que os destinos turísticos estão pouco preparados para o mercado estrangeiro.

De forma geral, tais resultados demonstram uma disparidade entre os ambientes internos e externos das UCs mineiras, afetando fortemente as estratégias estaduais de gestão. Dentre as 20 unidades do estudo, 11 (55%) possuem os atributos internos e externos com classificações desiguais, ou seja, é possível que alguns dos atributos gerenciais, sociais ou biofísicos encontram-se em desequilíbrio, carecendo de um maior planejamento.

Por vezes há um esforço do Governo em estruturar uma unidade de conservação, sem considerar o perfil do entorno dessas áreas, que pode não conseguir atender à demanda esperada. Portanto, essas áreas devem ser melhor planejadas considerando seus ambientes externos, caso contrário os investimentos internos podem ser desperdiçados, por atender uma

demanda muita baixa (SOUZA, 2016). Sendo importante que haja um trabalho conjunto com as prefeituras locais e o trade turístico para fomentar o turismo nessas áreas. Como exemplo, o Parque Estadual do Rio Preto, conta com uma infraestrutura adequada, mas recebe pouca visitação, aquém do seu potencial. Como resultado, o entorno não apresenta condições estruturais para atender aos visitantes.

De modo contrário, há locais com potencial para o uso turístico, com estrutura para receber visitantes, porém a UC não possui investimentos necessários para atender toda a demanda potencial de forma satisfatória. Essas áreas oportunizam a população lazer e recreação, além de promover o desenvolvimento para as comunidades do entorno (SOUZA, 2016). São exemplos, o Parque Estadual da Serra do Rola-Moça e a Floresta Estadual do Uaimii onde não há infraestrutura suficiente para atender a demanda existente, resultando em uma visitação desordenada e que pode oferecer graves riscos ambientais.

4 CONCLUSÕES

As áreas protegidas de Minas Gerais destacam-se por uma visitação regional, carecendo de mais investimentos internos, mas, principalmente fortalecer as comunidades locais, a fim de oferecer melhor qualidade na experiência dos seus visitantes como também aumentar a sua demanda.

Dessa forma, para melhorar a gestão da visitação das unidades de conservação mineiras, em especial, para a realização de concessão de uso turísticos nessas áreas, é importante que haja um planejamento, com análise do perfil de cada área, para distribuir melhor os investimentos, e para direcionar os estudos de viabilidade econômica e financeira ou qualquer outra tomada de decisão, frente à gestão das singularidades.

5 AGRADECIMENTO

Agradecemos ao Instituto Estadual de Florestas em especial ao Núcleo de Projetos Especiais por disponibilizar o seu banco de dados com as informações indispensáveis para este estudo.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE. **Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2018.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Programa de Concessões dos Parques Estaduais – PARC**. IEF, 2021a. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/2697>>. Acesso em: 04 jun. 2021

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Banco de dados do Índice de atratividade das unidades de conservação estaduais**. 2021b.

INSTITUTO SEMEIA. **Diagnóstico do Uso Público em Parques Brasileiros: A Perspectiva dos Gestores**. SEMEIA, 2019. Disponível em: <<https://www.semeia.org.br/publicacoes.php>>. Acesso em: 04 jun. 2021

KHATRI, S. K. **Infrastructural Deficiency of Tourism Services in Shuklaphanta National Park for Promoting Ecotourism**. 2018. 76f. Project paper (Bachelor of Science in Forestry) — Institute of Forestry, Tribhuvan University - Hetauda Campus, Hetauda, Nepal, 2018.

O'CONNOR, A.; ZERGER, A.; ITAMI, B. Geo-temporal tracking and analysis of tourist movement. **Mathematics and Computers in Simulation**, v. 69, n. 1- 2, p. 135–150, 2005.

SOUZA, T.V.S.B. **Recreation Classification, Tourism Demand and Economic Impact Analyses of the Federal Protected Areas of Brazil**. 2016. 201f. Tese (Doutorado em Ecologia Interdisciplinar) — University of Florida, Gainesville, Florida, 2016.

SOUZA, T.V.S.B; THAPA, B; CASTRO, E.V. **Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação Federais**. Parcerias Ambientais Pública-Privada. ICMBIO, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/editais-diversos/editais-diversos-2019/indice_de_atratividade_turistica_das_ucs_brasileiras.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.